

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.798.736 - CE (2019/0052457-4)**

**RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**RECORRENTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS**  
**RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA**  
**RECORRIDO : FRANCISCO AFONSO DE LIMA**  
**ADVOGADO : MANOEL GALBA VASCONCELOS DE AGUIAR JÚNIOR E**  
**OUTRO(S) - CE018888**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial interposto contra acórdão assim ementado:

ADMINISTRATIVO. AMBIENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. REMESSA OBRIGATÓRIA. APREENSÃO DE VEÍCULO. CAMINHÃO. FISCALIZAÇÃO DO IBAMA. TRANSPORTE DE MADEIRA DESACOMPANHADA DE LICENÇA VÁLIDA. LIBERAÇÃO DO VEÍCULO. SEGURANÇA. CONCEDIDA. SENTENÇA MANTIDA. PRECEDENTES.

- Trata-se de remessa obrigatória de sentença que concedeu em parte a segurança, objetivada, tão-somente para autorizar a liberação do veículo placas JFQ 9638/CE, - Mercedes Benz/1620 ano e modelo 2006/2006, e a sua entrega ao proprietário/impetrante," Sr. FRANCISCO AFONSO DE LIMA, que ficará como seu fiel depositário, até a decisão final do procedimento administrativo.

- "A jurisprudência desta egrégia Turma já firmou o entendimento no sentido que inexistindo indício de que o veículo apreendido objetiva única e exclusivamente a causar danos ambientais, assim como qualquer adaptação ou transformação em sua estrutura, mas sim que transporte deforma ocasional a madeira, deve ser liberado". (...) As normas legais admitem a possibilidade de liberação do bem apreendido, até o julgamento do processo administrativo, desde que confiado o bem, a fiel depositário, o qual pode ser o próprio autuado (TRF5, APELREEX 19489, Segunda Turma, rei. Des. Federal Francisco Barros. Diás, pub. DJe de 14.06.12).

- Remessa obrigatória improvida.

Verifico que a matéria versada no apelo foi submetida a julgamento no rito dos recursos repetitivos (RESP 1.816.353/RO, REsp 1.814.944/RN e REsp 1.814.945/CE). A questão submetida a julgamento é a seguinte:

Aferir se é condição para a apreensão do instrumento utilizado na prática da infração ambiental a comprovação de que o bem é de uso específico e exclusivo para a atividade ilícita (Lei n. 9.605/1998, art. 25, § 4º - atual § 5º).

Em tal circunstância, deve ser prestigiado o escopo perseguido na legislação processual (Lei 11.672/2008), isto é, a criação de mecanismo que oportunize às instâncias de origem o juízo de retratação na forma do art. 543-C, § 7º, e 543-B, § 3º, do CPC; e 1040 e seguintes do CPC/2015, conforme o caso.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO EM FACE DE DECISÃO QUE DETERMINOU A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. PENDÊNCIA DE JULGAMENTO DE RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA, NO QUAL SE DISCUTE QUESTÃO IDÊNTICA. PROVIDÊNCIA QUE NÃO ENSEJA PREJUÍZO A NENHUMA DAS PARTES. NECESSIDADE DE SE OBSERVAR OS OBJETIVOS DA LEI 11.672/2008.

(...)

4. Além disso, em razão das modificações inseridas no Código de Processo Civil pelas Leis 11.418/2006 e 11.672/2008 (que incluíram os arts. 543-B e 543-C, respectivamente), não há óbice para que o Relator, levando em consideração razões de economia processual, aprecie o recurso especial apenas quando exaurida a competência das instâncias ordinárias. Nesse contexto, se há nos autos recurso extraordinário sobrestado em razão do reconhecimento de repercussão geral no âmbito do STF e/ou recurso especial cuja questão central esteja pendente de julgamento em recurso representativo da controvérsia no âmbito desta Corte (caso dos autos), é possível ao Relator determinar que o recurso especial seja apreciado apenas após exercido o juízo de retratação ou declarado prejudicado o recurso extraordinário, na forma do art. 543-B, § 3º, do CPC, e/ou após cumprido o disposto no art. 543-C, § 7º, do CPC. É oportuno registrar que providência similar é adotada no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

5. Entendimento em sentido contrário para que a suspensão ocorra sempre no âmbito do Superior Tribunal de Justiça implica esvaziar um dos objetivos da Lei 11.672/2008, qual seja, "criar mecanismo que amenize o problema representado pelo excesso de demanda" deste Tribunal. Assim, deve ser "dada oportunidade de retratação aos Tribunais de origem, devendo ser retomado o trâmite do recurso, caso a decisão recorrida seja mantida", sendo que tal solução "inspira-se no procedimento previsto na Lei nº 11.418/06 que criou mecanismo simplificando o julgamento de recursos múltiplos, fundados em idêntica matéria, no Supremo Tribunal Federal", conforme constou expressamente das justificativas do respectivo Projeto de Lei (PL 1.213/2007).

6. Agravo regimental não conhecido (AgRg no AREsp 153829/PI, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 23/05/2012).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Pelo exposto, **determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa, para que, em observância aos arts. 1040 e seguintes do CPC/2015 e após a publicação do acórdão do respectivo recurso excepcional representativo da controvérsia:**

**a) denegue seguimento ao recurso se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pelos Tribunais Superiores; ou**

**b) proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão vergastado divergir da decisão sobre o tema repetitivo.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator